



CARTA ABERTA DAS/DOS RESIDENTES

Apresentam-se neste documento as discussões problematizadas coletivamente nos espaços do Fórum Nacional de Residentes em Saúde - FNRS realizados no VI Encontro Nacional de Residências em Saúde – ENRS 2016, que ocorreu nas datas de 05 a 08 de Julho do presente ano na cidade de Curitiba/PR. Trata-se de posicionamentos, princípios e bandeiras de lutas do movimento a respeito das residências uni e multiprofissional em Saúde inseridas no Sistema Único de Saúde - SUS.

As Residências em Saúde devem se efetivar como espaços de constituição de novos trabalhadores para o Sistema Único de Saúde, sendo pressuposto para tal efetivação a necessidade do fortalecimento de um processo que reconheça a efervescência política e o protagonismo dos residentes neste processo. Constituir novos trabalhadores para o SUS é reconhecer a sua dimensão humana e de transformação social, construída historicamente por sujeitos e representada no projeto de reforma sanitária.

Enquanto residentes nos organizamos por meio do Fórum Nacional de Residentes em Saúde e em tempos onde a formação que defendemos, muitas vezes não se efetiva e ainda apresenta diversas intercorrências para nós, reafirmamos a necessidade de nos reorganizarmos e lutar pelo que acreditamos. Dessa forma apresentamos a nova organicidade do FNRS para próximos capítulos de Luta e Resistência, que se darão por meio da organização em seguintes comissões: comissão de articulação sociopolítica; comissão de comunicação; comissão de memória e documentação; comissão de acolhimento e comissão de finanças.

A **comissão de articulação sociopolítica** terá como função a articulação e mobilização do FNRS e dos coletivos regionais e locais de residentes ofertando suporte aos mesmos, para sua constituição, organização ou mesmo reorganização, além de acompanhar o processo junto

aos membros da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS sobre a construção da Política Nacional de Residências em Saúde.

A **comissão de comunicação** terá como atribuição a ampliação da comunicação do FNRS, a divulgação do mesmo e seus princípios e organização; publicização das atas e atas das reuniões; dos encontros e eventos do FNRS e dos coletivos regionais e apoio a comissão de articulação sociopolítica por meio das redes sociais, listas de e-mail e demais formas de comunicação que sejam democráticas e plurais.

A **comissão de memória e documentação** terá como atribuição organizar, disponibilizar e registrar o histórico do FNRS; desenvolver uma cartilha de apresentação do mesmo e das legislações que regulamentam as residências uni e multiprofissional em saúde.

Já a **comissão de acolhimento** terá atribuída a função de realizar "diagnóstico situacional" das problemáticas enfrentadas pelos residentes nos programas a nível nacional, organizar os fluxos de denúncias de violações e viabilizar o suporte para tais a partir das legislações.

A **comissão de finanças** ficará com a responsabilidade de gerir os recursos do FNRS e de estimular práticas de autofinanciamento dos coletivos regionais e locais, com transparência trimestral.

Para darmos conta desta nova organização enquanto FNRS, será importante a participação de no mínimo, 2 (dois) representantes por regiões para cada comissão não se limitando números de residentes a compor as mesmas. Entende-se ainda que os membros destas comissões deverão compor a organização do Encontro Nacional de Residências e se houver dos encontros regionais junto ao coletivo regional que promoverá.

Além desta nova configuração de organização do FNRS debateram-se questões inerentes ao processo de formação nas residências, tendo como produto os seguintes apontamentos e posicionamentos das/dos residentes presentes no evento. Os mesmos devem ser apresentados e reconhecidos como legítimos pelos programas de residências, fóruns de preceptores e tutores e fórum de coordenadores, bem como a CNRMS.

No que concerne o Projeto Político Pedagógico (PPP), primeiramente entendemos que a participação da/do residente no NDAE deve ser garantida, com voz e reconhecimento, de modo que suas necessidades e demandas sejam consideradas, debatidas e efetivadas nas ações das residências nos respectivos programas.

Compreendemos que a remuneração financeira e a capacitação dos preceptores e tutores devem ser garantidas e efetivadas, qualificando o processo pedagógico dos mesmos e qualificando também o momento de formação das/dos novas/novos trabalhadores do SUS.

Consideramos ser necessário que desde o primeiro ano a/o residente tenha carga horária garantida para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) e que haja liberdade de escolhas na metodologia a ser utilizada, sem restringirem-se a monografias, artigos científicos e formas consideradas tradicionais de apresentação. É importante ressaltar que os TCRs devem responder aos desafios do SUS e estar a serviço dos interesses da população, contemplando as mais diversas linguagens. Todas as produções devem ser publicizadas, a fim de socialização do conhecimento que produzimos de maneira a formar um banco de dados nacional.

Cabe frisar a não reprodução da lógica do produtivismo e do modelo acadêmico vigente que condiciona as orientações de produção apenas por sujeitos titulados com mestrado e doutorado, excluindo assim diversos trabalhadores do SUS que apresentam acúmulo, vivência, conhecimento e experiências que podem contribuir para os estudos/problematizações nos TCRs.

Para o fortalecimento da dimensão política dos residentes, deve se garantir encontros auto-gestionados mensais e/ou semanais dos residentes, sendo que estes devem estar contabilizados na carga horária dos programas. Além disso, os programas devem reconhecer a legitimidade do ENRS como espaço de articulação dos segmentos das residências, constando a data no calendário oficial, garantindo que estes dias não sejam descontados dos dias de eventos, não havendo assim a necessidade de reposição posterior.

Pautamos a importância da presença de supervisores, tutores e/ou preceptores referências de núcleos profissionais para o fortalecimento do ensino/aprendizagem dos futuros trabalhadores do SUS.

Dado que os Programas de Residência tem a maior carga horária dentre as pós-graduações e grande arsenal de prática profissional, pautamos que sua certificação deva ter maior valor nas seleções de concursos públicos, quando comparado com as demais modalidades (*strictu e lato sensu*).

Este Fórum solicita a emissão de um parecer da comissão nacional em relação à política nacional de residências, que se apresenta em processo de construção. É relevante fortalecer o processo de construção da mesma entre os coletivos e para isso requisitamos apoio jurídico nesta constituição, reafirmando que esta política contemple as demandas das/dos residentes e os princípios e diretrizes do SUS.

Ainda é necessário a legitimação do processo de eleição dos representantes residentes da CNRS a partir da eleição construída coletivamente dentro do ENRS, garantindo em seu regimento interno 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes, mas sem a necessidade de diferenciação entre uni ou multiprofissional.

Vemos a necessidade de frisar que somos profissionais em formação e que nosso vínculo não é empregatício, não sendo permitidas formas de controle de horários nos serviços que atuamos.

Sugerimos a criação, tanto na CNRMS quanto nos coletivos regionais de residentes, de Grupos de Trabalho que problematizem e formulem ações em resposta as diversas formas de assédio moral e opressões sofridas pelas/pelos atores das residências, em que estes possam também denunciar suas problemáticas vivenciadas.

Propomos que para o recebimento destas denúncias que sejam utilizadas ferramentas digitais, a exemplo das planilhas online, de forma a visualizá-las e quantificá-las, respeitando sigilo/direito de anonimato, construindo um fluxo de encaminhamento e respostas das denúncias (sugestão de limite máximo de 30 dias para resposta).

É importante trabalhar a temática do assédio moral com todos os atores envolvidos no processo de formação através de palestras, encontros, vivências, rodas de conversa, entre outros. Entendemos que é interessante acrescentar um capítulo na cartilha anteriormente

proposta para falar sobre este tema, visto que é uma demanda importante que emerge com muita frequência em espaços de discussão dos programas.

Precisamos garantir o direito a atestados sem reposição de carga horária e sem a obrigatoriedade de perícia médica, em respeito ao nosso direito enquanto cidadãos.

A carga horária dispensada no programa pelos residentes já é bastante densa e quando nos propomos a participar de um evento temos a intenção de qualificar este processo de aprendizagem, e, portanto, faz parte da qualificação do profissional, tornando-se incoerente a reposição das horas.

Retomamos nosso posicionamento da necessidade de discussão sobre a redução da carga horária de 60 horas para 44 horas semanais, pauta histórica defendida por este Fórum.

Reafirmamos nosso posicionamento em defesa de um SUS 100% público, estatal e gratuito e de qualidade e para isso entendemos a importância da construção e fortalecimento dos coletivos em âmbito local, municipal, estadual, regional e nacional, pois acreditamos tanto na constituição político-participativa dos usuários e trabalhadores de saúde e na formação da consciência sanitária destes sujeitos.

Compreendermos também o fortalecimento a partir da presença e mobilização dos residentes nos espaços de controle social, garantindo assim a formação crítica e de militância social, bem como que todos os programas de residência tenham em sua carga horária espaços de defesa do SUS - movimentos sociais, no mínimo mensalmente.

Consideramos necessária a aproximação com os movimentos sociais que lutam por direitos sociais sendo estratégico para potencializar e rearticular a militância dos residentes e da pauta do SUS defendida por nós. Para o próximo encontro, pautamos a necessidade de espaços para discutir políticas de equidades (questões de gênero, etnia, entre outras).

Por fim, diante das ameaças aos direitos sociais e ao SUS, acreditamos que seja necessário que as residências se mobilizem na elaboração de estratégias de luta na defesa do SUS para além das instituições formadoras, serviços e controle social e por isso, convocamos com urgência todos os residentes a se aproximarem e articularem nos coletivos e movimentos

sociais já organizados em seu território para a construção, fortalecimento e consolidação de um SUS público, estatal, universal, gratuito e de qualidade.

Assim sendo, colocamos nossa posição contrária ao atual Ministro da Saúde Barros e do atual presidente interino Temer, entendendo que estes não nos representam, já que priorizam terceirizações e promovem a precarização do Sistema Único de Saúde. Que nossas vozes sejam ouvidas, está presente aqui o FNRS!

CURITIBA, 08 DE JULHO DE 2016

Fórum Nacional de Residentes em Saúde